PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 878/XIII-2.ª

Recomenda ao Governo que proceda com urgência ao lançamento do concurso para obras na Linha do Oeste e, entretanto, substitua o material circulante degradado atualmente em circulação

Exposição de motivos

A Linha Ferroviária do Oeste (Linha do Oeste) é um troço ferroviário que liga a estação de Agualva-Cacém, na Linha de Sintra, à estação de Figueira da Foz, percorrendo grande parte da costa litoral portuguesa, atravessando zonas bastante populosas e de atividade agrícola e industrial significantes.

A modernização e o desenvolvimento da rede ferroviária nacional é uma das prioridades chave da Infraestruturas de Portugal (IP).

O Plano de Investimentos Ferrovia 2020 prevê um investimento de 106,8 M€ em obras de modernização na Linha do Oeste, segundo o que está especificado no documento disponibilizado online pelo Governo, incluindo a eletrificação e intervenção nos sistemas de sinalização e telecomunicações e a criação de desvios ativos e de pontos de cruzamento para comboios de 750 m. Destes 106,8 M€, 74,1 M€ correspondem à comparticipação candidatada ao Portugal 2020.

O concurso público estava previsto ser lançado até janeiro de 2017.

Na sua reunião de maio, a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Oeste (pelos Municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras)

aprovou por unanimidade uma moção a pedir ao Governo, CP e Infraestruturas de Portugal a renovação urgente da Linha do Oeste.

A moção foi amplamente divulgada na comunicação social local e nacional, referindo-se que "o investimento é urgente face não só ao atraso na concretização do projeto de eletrificação e automação da linha entre Meleças e Caldas da Rainha, previsto no Plano de Investimentos para a Ferrovia 2020, como também à insuficiência do investimento, deixando de fora o troço a montante e prejudicando o processo de modernização e requalificação de toda a linha".

De acordo com as várias notícias publicadas, "as supressões de comboios frequentes, que por vezes são substituídos por autocarros, a falta de informação aos passageiros sobre os horários dos comboios e a falta de pessoal nas estações, motivo pelo qual algumas estão encerradas em parte do dia e sem o mínimo de comodidade", são alguns dos problemas que afetam a Linha do Oeste, "agravados este ano com a deslocalização das composições '592', que serviam os comboios inter-regionais entre Caldas da Rainha e Coimbra, para a Linha do Douro".

A CIMOeste acresce ainda a estes pontos, a "ausência de medidas governamentais e da CP para resolver de forma urgente a falta de material circulante a diesel", bem como a degradação das composições, que têm contribuído largamente para a perda de passageiros nesta linha.

Em resposta a esta moção, e ainda de acordo com a comunicação social, a IP assegurou não ter havido alterações ao projeto inicial, mas que "está prevista uma solução que engloba a duplicação da linha em dois troços, um entre Meleças e Pedra Furada (Sintra) e outro na zona da Malveira (Mafra)" e, tal como inicialmente planeado, a eletrificação de todo o troço entre Meleças e Caldas da Rainha e a

implementação de sistemas de sinalização eletrónica e telecomunicações ferroviárias.

Segundo as mesmas notícias, a IP informou que o concurso para obras de eletrificação e duplicação da Linha do Oeste deverá ser lançado entre outubro e dezembro deste ano.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

a) Proceda com urgência ao lançamento do concurso para obras na Linha do Oeste, previsto para janeiro de 2017, nomeadamente a eletrificação de todo o troço entre Meleças e Caldas da Rainha e a implementação de sistemas de sinalização eletrónica e telecomunicações ferroviárias, bem como a duplicação da linha em dois troços, um entre Meleças e Pedra Furada (Sintra) e outro na zona da Malveira (Mafra);

b) Enquanto as obras não se concretizam, proceda à substituição do material circulante, bastante degradado, atualmente em circulação.

3

Palácio de S. Bento, 19 de maio de 2017

Os Deputados,

Hélder Amaral

Assunção Cristas

Nuno Magalhães

Álvaro Castello-Branco

Ana Rita Bessa

António Carlos Monteiro

Cecília Meireles

Filipe Anacoreta Correia

Ilda Araújo Novo

Isabel Galriça Neto

João Rebelo

Patrícia Fonseca

Pedro Mota Soares

Vânia Dias da Silva

4